



GT 025. Cidades, turismo e experiências urbanas

Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas) - Coordenadora,
Lea Carvalho Rodrigues (Universidade Federal do Ceará) - Coordenadora,
Wânia Maria de Araújo (Universidade do Estado de Minas Gerais e Centro Universitário Una) - Debatedora,
Vera Maria Guimarães (UNIPAMPA) - Debatedora,
Maristela Oliveira de Andrade (Universidade Federal da Paraíba) - Debatedora

Desde a 29ª RBA, coordenamos um GT, cuja proposta é contribuir para as discussões no âmbito da antropologia urbana e do turismo. Assistimos, de um lado, às políticas urbanas comuns nas metrópoles, em especial em suas áreas centrais e pericentrais, voltadas para as chamadas requalificações que, muitas vezes, vão ao encontro da ideia de marketing urbano, com intervenções em edifícios históricos, que se tornam lugares de entretenimento e consumo cultural. A memória é usada estrategicamente, valorizando o passado como mercadoria cultural, de modo que se frua história e cultura nesses lugares. Ademais, o turismo é uma atividade que pode impactar cidades de quaisquer portes, com efeitos na reconfiguração de espaços e na criação de lugares e paisagens. As cidades são, a um só tempo, lugares identitários (Augé) e de memória (Nora); espaços de dispersão, fragmentação e fluxos (Hannerz); espaços de encontro e de conflito. As cidades turísticas, por outro lado, parte suas singularidades, necessitam criar atrativos ao visitante, despertar seu interesse e suscitar desejos de ali estar, ver e viver experiências ímpares, distantes do cotidiano, o que cria um imaginário sobre elas via narrativas dos moradores, viajantes e empresas de turismo. Este GT acolherá propostas que resultem de pesquisas empíricas sobre essas temáticas e promovam articulações entre problemas teórico/metodológicos, práticos aos dois campos disciplinares, ou enfoquem diferentes dimensões analíticas sobre os temas

Afro-patrimônios na cidade: lugares de memória? como atrativo turístico?

Autoria: Mariana Ramos de Moraes

Os estudos sobre a relação entre patrimônio cultural e cidade tem privilegiado as regiões centrais das metrópoles. Muitos deles abordam os projetos de intervenção/requalificação urbana; a transformação do patrimônio em mercadoria como um diferencial no chamado "mercado global de cidades" e também na indústria do turismo; e o papel da patrimonialização nos processos de gentrificação/enobrecimento. Nesta comunicação, no entanto, o foco está na periferia das grandes cidades, onde majoritariamente estão situados os afro-patrimônios, como se observa no caso dos reinados de Nossa Senhora do Rosário situados em Belo Horizonte e nas cidades do seu entorno metropolitano. O processo de patrimonialização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá, na capital mineira, será, assim, descrito e analisado. Tombada em 1995 pelo município, essa Irmandade está localizada no bairro Itaipu, distante fisicamente da área central da cidade. Ela foi escolhida para representar um "marco da resistência negra" em Belo Horizonte, durante as celebrações locais em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Seria, dessa forma, nos termos de Pierre Nora, um "lugar de memória", da memória dos negros. Porém, após o ato do tombamento não foram registradas ações do poder público municipal em que essa Irmandade fosse mobilizada. É como se o bem patrimonializado estivesse encerrado nos livros de tombo, uma vez que não é partícipe do cotidiano da política pública. Por isso, lanço a questão: em que medida os afro-patrimônios, pensados como "lugares de memória", seriam atrativos turísticos? O caso da Irmandade do Jatobá é a base para se refletir sobre essa questão, mas outros casos também serão mencionados - como o registro do Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, como patrimônio mundial pela Unesco e a patrimonialização de terreiros (candomblé, tambor de



mina, culto a egungun) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Intenta-se, a partir desses exemplos, demonstrar como a questão proposta pode suscitar diferentes apontamentos. Além disso, busca-se colocar em evidência as disputas, as contradições e as ambiguidades presentes na constituição dos afro-patrimônios.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

